

Sobre conter a tempestade

Resenha

*Elenice de Paula*¹

¹ Doutoranda em Educação, pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (PPGED-UFS). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5248790070793256> Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7711-6384> E-mail: paulaelenice2815@gmail.com

Sobre conter a tempestade

Resenha: FERDINAND, Malcom. Uma Ecologia Decolonial: pensar a partir do mundo caribenho. Tradução de Letícia Mei. Editora Ubu. 2022.

PAULA, E.

FERDINAND, Malcom. Uma Ecologia Decolonial: pensar a partir do mundo caribenho. Tradução de Letícia Mei. Editora Ubu. 2022. 320 p.

Malcom Ferdinand nasceu na Martinica, é doutor em Filosofia Política e Ciência Política pela *Université Paris Diderot* (Paris 7). Com influências do pensamento de Aimé Césaire e Frantz Fanon, também martinicanos, desde sua graduação em Engenharia Ambiental pela *University College London (UCL)*, ele propõe novas narrativas sobre o mundo, problematizando a relação entre meio ambiente, animais humanos e não humanos em um contexto de desigualdade. O autor integra o *Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS)* e atua no *Institut de Recherche Interdisciplinaire en Sciences Sociales (Irisso)* da *Université Paris Dauphine-PSL* (Paris 9).

No livro *Uma Ecologia Decolonial: Pensar a Partir do Mundo Caribenho*, Ferdinand propõe um rompimento epistêmico com as narrativas tradicionais sobre o mundo e os acontecimentos gerados pelos humanos e pelo meio ambiente. As reflexões sobre a destruição do ecossistema da Terra, a escravização de humanos e não humanos, as guerras, a crise ecológica, as desigualdades sociais, as discriminações raciais e tantas outras formas de opressão servem como base para o autor afirmar que estamos vivendo sob uma tempestade. No entanto, sem a intenção de se distanciar dela como um mero observador, Ferdinand nos convida a pensar, olhar e experienciar a tempestade a partir do Caribe, dada a sua intensidade atravessada pelos efeitos da colonização. Essa colonização é marcada pela continuidade das políticas de seleção da embarcação (Arca de Noé), que determinam quem está apto a embarcar e quem não está, e pelas políticas do desembarque, que vão desde a travessia tempestuosa nos navios negreiros até a chegada forçada (Navio Negreiro) na América Latina, impondo uma fratura colonial.

A obra está dividida em quatro partes, além da apresentação da filósofa Angela Davis, do prólogo e do epílogo, que sustentam a crítica desenvolvida. A partir da noção de *habitat* colonial, pautada na política do embarque (Arca de

Noé) e do desembarque (Navio Negreiro), o autor nos leva a refletir sobre como a colonização impôs um novo modo de vida sustentado pelo capitalismo. Na tentativa de construir um modelo de humanização, esse sistema busca nos hierarquizar e nos distanciar da Terra e do meio ambiente, além de nos desvincular da vida dos animais, das plantas e de todo o ecossistema.

Assim, ao mesmo tempo que destrói, ele define quais seres vivos e quais espaços devem ser preservados, mas sempre em benefício do colonizador. Para o autor, os efeitos da colonização, idealizados para fortalecer o colonizador, contribuíram para gerar uma dupla fratura colonial, que separa a história colonial da história ambiental. No entanto, como nos adverte Ferdinand, essa é uma lógica colonialista que contribui para separar grupos e desmobilizar suas reivindicações. Na perspectiva do autor, é impossível dissociar a causa ambiental do racismo, da desigualdade de classe, das crises ambientais, da fome e de outros elementos que sustentam a posição privilegiada do colonizador em meio a tempestade.

Na primeira parte, *A tempestade moderna: violências ambientais e rupturas coloniais*, Ferdinand reflete sobre como a colonização europeia das Américas impôs, de forma violenta, uma maneira específica de habitar a Terra. Na perspectiva do autor, a dupla fratura surge, por um lado, na crítica anticolonial — como no extermínio dos povos ameríndios, por exemplo — e, por outro, na crítica ambiental, que aborda a destruição do ecossistema, da biodiversidade e de outros aspectos como pautas isoladas. Olhar a partir dessa fratura significa perceber como ela reforça o distanciamento entre os grupos e impede uma ruptura com a colonialidade. Assim, torna-se necessário reconhecer e partir das intersecções, como as de raça e classe, para desestabilizá-la. Para o autor, a configuração colonialista, marcada pela geografia, pela exploração da natureza e pelo altericídio, leva à construção de um mundo solitário e voltado para o benefício próprio. Como indica Ferdinand, esse processo faz do habitar colonial um habitar-

se sem o outro (Ferdinand, 2022, p. 51). Diante disso, a destruição do ecossistema e da biodiversidade, assim como a exploração de humanos e não humanos para as *plantations*, esteve diretamente ligada ao tráfico de pessoas africanas, à ruptura dos laços comunitários e à remoção dos indivíduos de seus locais de origem. Além disso, a desqualificação dessas populações foi essencial para a imposição de um capitalismo racial, que sustentou tanto a exploração da força de trabalho racializada quanto a destruição ambiental. A efeito disso, ainda hoje, esses grupos permanecem marginalizados dentro da configuração social colonialista racializada, privados do direito de usufruir e viver plenamente na Terra.

Na segunda parte, *A arca de Noé: quando o ambientalismo recusa o mundo*, o autor nos leva a refletir sobre como a lógica colonialista impera nos discursos e nas práticas de proteção ambiental. A partir da noção da arca de Noé como um mecanismo de seleção que impõe uma política de embarque e desembarque — determinando quem deve existir (ou continuar existindo) e quem não deve —, essa lógica nega a biodiversidade e a pluralidade de culturas, experiências e saberes. Assim, a criação de reservas ambientais, parques ecológicos e iniciativas de reflorestamento, por exemplo, atuam como uma forma de delimitar fronteiras sob o discurso da proteção. No entanto, comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas e outros grupos, assim como a diversidade ambiental, acabam sendo suspensos, uma vez que essa imposição seletiva impacta diretamente o mundo. Como destaca Ferdinand, “segundo a Terra a preservar é pensada a partir de um lugar inabitável” (Ferdinand, 2022, p. 127).

Em *O navio negreiro: sair do porão da modernidade em busca de um mundo*, terceira parte da obra, Ferdinand analisa como o desembarque de pessoas negras escravizadas para o trabalho nas Américas exigiu delas novas formas de habitar esse mundo colonial, que se autodenominava moderno. Dessa forma, a política do embarque não conduz a um viver-junto, pois o navio negreiro

revela, acima de tudo, a experiência da ausência. Assim, a política do desembarque impõe a essas pessoas um mundo no qual suas condições são de corpos perdidos, naufragos mantidos à margem da existência. Torna-se, portanto, necessário desenfundar o Antropoceno, esvaziando os porões dos navios. Nesse sentido, em busca de um ideal de igualdade, sair do porão moderno representa “abolir essa política que coloca uma parte dos humanos e não humanos no porão do navio, de libertar os escravizados da crise ecológica” (Ferdinand, 2022, p. 206). Esse movimento decolonial se traduz em diversas lutas sociais que visam restabelecer o equilíbrio do ecossistema. Diante disso, as resistências das pessoas mantidas em escravidão reivindicavam o direito de viver e de experienciar o mundo, de habitá-lo plenamente. Os quilombos, como indica o autor, foram formados como espaços que possibilitavam uma nova forma de vida em comunidade, baseada em relações de pertencimento e modos de habitar a Terra semelhantes às experiências de seus locais de origem, servindo ainda para confrontar a ordem colonial e estabelecer redes de solidariedade.

Em *Um navio-mundo: fazer-mundo para além da dupla fratura*, quarta parte da obra, Ferdinand, ao longo de sua análise atravessada pela política do embarque e do desembarque, levanta algumas provocações e propõe medidas para conter a continuidade do *habitat* colonial. O autor defende o fortalecimento de um horizonte sustentado pela alteridade, como forma de restabelecer as relações entre os grupos e construir possibilidades para que todos os seres, humanos e não humanos, possam viver em conjunto. Nesse sentido, a política do colonizador deve ser desestabilizada e, em uma lógica decolonial, as fraturas que atravessam os movimentos ambientalistas, antirracistas, feministas e anticapitalistas — entre outros que sustentam críticas ao colonialismo — precisam estar conectadas e integradas em uma pauta comum, sem perder de vista aqueles que, possivelmente, possam regressar aos porões do navio. Dessa

maneira, como indica Ferdinand, a justiça ambiental só será realizada se levar em consideração as lutas decoloniais ao redor do mundo a partir de três grandes expoentes: as lutas dos povos indígenas, as demandas de reparação pela escravidão e pelo tráfico negreiro transatlântico e as reivindicações pela restituição de objetos de arte e partes de corpos humanos roubados dos povos que sofreram com a colonização. Esses encaminhamentos servem como base, pois, como destaca Ferdinand, “construir esse convés da justiça diante da tempestade ecológica demanda o reconhecimento de um lugar político para o ecossistema e para os não humanos” (Ferdinand, 2022, p. 264). Além disso, o autor ressalta a necessidade do “reconhecimento político do genocídio, das escravidões e das colonizações que tornaram possíveis essas destruições de mundo e de Terra” (Ferdinand, 2022, p. 264).

Para tanto, *Uma Ecologia Decolonial: Pensar a Partir do Mundo Caribenho*, de Malcom Ferdinand, expõe reflexões urgentes para o mundo e para o viver nele. A atenção do autor aos distintos problemas que intensificam a crise ecológica em curso evidencia que essa tempestade só será contida por meio de uma ecologia decolonial construída coletivamente. Assim, as análises apresentadas ressaltam a urgência de estreitar o diálogo interdisciplinar sem se desvincular dos saberes e experiências dos diferentes grupos e de suas demandas sociais. Só assim a tempestade será contida.

Recebido: 20/01/2025

Aprovado: 25/02/2025

Publicado: 31/03/2025